



**EDITAL**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 074/2020**

Após cumprida as determinações pertinentes ao caso, bem como verificação de Dotação Orçamentária e Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica do Município, onde exarou parecer favorável a realização de Processo de Dispensa, desde que respeitadas as determinações legais da Lei 8.666/93, artigo 24, inciso IV e Lei Federal 13.979/2020, art. 4º, conforme abaixo:

**Lei 8.666/93**

**Art. 24.** É dispensável a licitação:

(...)

**IV** – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

**Lei 13.979/2020**

**Art. 4º.** É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus de que trata esta Lei.

**Considerando** a necessidade na aquisição de Equipamento de Proteção Individual para proteção do profissionais da saúde no atendimento de pacientes com o novo coronavírus (COVID-19) no Hospital de Campanha e Unidade de Pronto de Atendimento (UPA).

**Considerando** que a empresa se encontra regularmente habilitada através dos documentos apresentado para formalização do Certificado de Registro Cadastral, bem como está apta a fornecer o produto solicitado.

**Considerando** que a empresa foi a que apresentou melhores condições de entregar o produto de maneira imediata, conforme cotação realizada pela secretaria interessada.

Assim sendo, por tudo que consta no presente Processo de Dispensa de Licitação, cristaliza-se no presente caso, os aspectos que caracterizam a sua formalização, em razão da necessidade, demonstrando-se adequada a contratação por tal modalidade licitatória.

Sorriso – MT, 05 de agosto de 2020.

**ARI GENÉZIO LAFIN – PREFEITO MUNICIPAL**